

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015	9
DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	38
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
Total	262.452
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	30/07/2015	Dividendo	31/07/2015	Ordinária		0,05383
Reunião do Conselho de Administração	30/07/2015	Juros sobre Capital Próprio	31/07/2015	Ordinária		0,00682
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2015	Dividendo	31/08/2015	Ordinária		0,05754
Reunião do Conselho de Administração	31/08/2015	Juros sobre Capital Próprio	31/08/2015	Ordinária		0,00763
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2015	Dividendo	30/09/2015	Ordinária		0,09342
Reunião do Conselho de Administração	29/09/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,00763

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.690.312	1.617.025
1.01	Ativo Circulante	238.377	125.972
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	164.268	48.187
1.01.03	Contas a Receber	60.611	65.314
1.01.03.01	Clientes	60.551	65.178
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	60	136
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.540	1.050
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.540	1.050
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.682	2.114
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.276	9.307
1.01.08.03	Outros	5.276	9.307
1.01.08.03.01	Outros Créditos	5.276	9.307
1.02	Ativo Não Circulante	1.451.935	1.491.053
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	70.844	56.172
1.02.01.03	Contas a Receber	1.841	0
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.841	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	10.920	3.967
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.920	3.967
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	58.083	52.205
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	58.083	52.205
1.02.03	Imobilizado	36.961	44.919
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36.961	44.919
1.02.04	Intangível	1.344.130	1.389.962
1.02.04.01	Intangíveis	1.344.130	1.389.962

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.690.312	1.617.025
2.01	Passivo Circulante	96.479	128.331
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	5.842	5.693
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.842	5.693
2.01.02	Fornecedores	11.353	20.646
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.353	20.646
2.01.03	Obrigações Fiscais	8.448	9.447
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	8.448	9.447
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a recolher	8.448	9.447
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	17.372	25.974
2.01.04.02	Debêntures	17.372	25.974
2.01.05	Outras Obrigações	33.607	33.094
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	8.529	7.772
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	6.439	6.195
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	2.090	1.577
2.01.05.02	Outros	25.078	25.322
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.649	0
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	18.301	17.423
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.128	7.899
2.01.06	Provisões	19.857	33.477
2.01.06.02	Outras Provisões	19.857	33.477
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção	5.461	18.497
2.01.06.02.06	Provisão para imposto de renda e contribuição social	14.396	14.980
2.02	Passivo Não Circulante	1.207.291	1.108.998
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.024.119	947.305
2.02.01.02	Debêntures	1.024.119	947.305
2.02.02	Outras Obrigações	34.365	42.918
2.02.02.02	Outros	34.365	42.918
2.02.02.02.03	Obrigações com o poder concedente	25.771	32.248
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	8.594	10.670
2.02.04	Provisões	148.807	118.775
2.02.04.02	Outras Provisões	148.807	118.775
2.02.04.02.04	Provisão para perda tributária, trabalhista e cível	67.354	62.164
2.02.04.02.05	Provisão para Manutenção	78.889	54.174
2.02.04.02.06	Provisão para Obras Futuras	2.564	2.437
2.03	Patrimônio Líquido	386.542	379.696
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.02	Reservas de Capital	491	409
2.03.02.07	Plano de Opção com Base em Ações	491	409
2.03.04	Reservas de Lucros	60.509	76.740
2.03.04.01	Reserva Legal	60.509	60.509
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	16.231
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	22.995	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	235.823	678.779	272.679	845.078
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-96.297	-281.428	-135.904	-449.361
3.03	Resultado Bruto	139.526	397.351	136.775	395.717
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.236	-37.666	-16.676	-42.940
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.240	-37.667	-16.672	-42.929
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1	1	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	3	0	-4	-11
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	127.290	359.685	120.099	352.777
3.06	Resultado Financeiro	-26.580	-109.716	-9.404	-68.530
3.06.01	Receitas Financeiras	7.263	20.241	10.583	27.329
3.06.02	Despesas Financeiras	-33.843	-129.957	-19.987	-95.859
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	100.710	249.969	110.695	284.247
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.145	-78.138	-36.104	-92.063
3.08.01	Corrente	-34.608	-85.091	-36.053	-91.235
3.08.02	Diferido	2.463	6.953	-51	-828
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	68.565	171.831	74.591	192.184
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	68.565	171.831	74.591	192.184
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,25358	0,63550	0,27587	0,71078

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2014 à 30/09/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	68.565	171.831	74.591	192.184
4.03	Resultado Abrangente do Período	68.565	171.831	74.591	192.184

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	372.107	331.013
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	424.256	405.240
6.01.01.01	Lucro Líquido	171.831	192.184
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	91.870	81.955
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e intangível	51	35
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários - vinculados	0	-2.589
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures	110.385	84.405
6.01.01.06	Variação monetária sobre obrigações com o poder concedente	6.705	4.496
6.01.01.07	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	4.069	13.275
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.781	988
6.01.01.09	Tributos diferidos	-6.953	828
6.01.01.10	Prêmio de opções com base em ações	82	148
6.01.01.12	Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD	-25	23
6.01.01.13	Levantamento dos depósitos judiciais	97	0
6.01.01.14	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-5.034	-1.794
6.01.01.15	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	39.592	29.526
6.01.01.16	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	5.805	1.760
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-52.149	-74.227
6.01.02.01	Clientes	4.652	-2.480
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-3.490	-4.108
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-1.568	-1.081
6.01.02.04	Outros créditos	2.190	-152
6.01.02.05	Fornecedores	-9.293	-9.835
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-999	-1.936
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	149	505
6.01.02.08	Partes relacionadas - fornecedores - contas a receber	833	1.615
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-4.847	-4.872
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social	-584	7.567
6.01.02.11	Pagamento dos depósitos judiciais	-941	-39.858
6.01.02.12	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-4.660	-2.305
6.01.02.13	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-33.591	-17.287
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-38.131	-256.026
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-3.891	-9.554
6.02.02	Aquisição de intangível	-34.240	-246.472
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-217.895	-307.733
6.03.01	Obrigações com o poder concedente	-12.304	-11.915
6.03.02	Títulos e valores mobiliários - vinculados	0	-19.062
6.03.04	Pagamento de debêntures	0	-31.500
6.03.05	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	0	-750
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-163.418	-180.851
6.03.07	Juros pagos	-42.173	-63.655

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	116.081	-232.746
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	48.187	323.623
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	164.268	90.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/09/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	409	76.740	0	0	379.696
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	82	-16.231	-148.836	0	-164.985
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	82	0	0	0	82
5.04.06	Dividendos	0	0	-16.231	-132.533	0	-148.764
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-16.303	0	-16.303
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	171.831	0	171.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	171.831	0	171.831
5.07	Saldos Finais	302.547	491	60.509	22.995	0	386.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/09/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	198	99.249	0	0	401.994
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	148	-38.740	-140.800	0	-179.392
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	148	0	0	0	148
5.04.06	Dividendos	0	0	-38.740	-127.223	0	-165.963
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-13.577	0	-13.577
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	192.184	0	192.184
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	192.184	0	192.184
5.07	Saldos Finais	302.547	346	60.509	51.384	0	414.786

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 30/09/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 30/09/2014
7.01	Receitas	738.478	901.729
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	661.485	627.370
7.01.02	Outras Receitas	29.832	29.506
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	47.161	244.853
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-200.291	-382.619
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-169.266	-349.017
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-31.025	-33.602
7.03	Valor Adicionado Bruto	538.187	519.110
7.04	Retenções	-91.870	-81.955
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-91.870	-81.955
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	446.317	437.155
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	20.241	27.329
7.06.02	Receitas Financeiras	20.241	27.329
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	466.558	464.484
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	466.558	464.484
7.08.01	Pessoal	24.533	25.222
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.397	18.807
7.08.01.02	Benefícios	6.368	5.622
7.08.01.03	F.G.T.S.	768	793
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	137.837	148.714
7.08.02.01	Federais	103.372	116.039
7.08.02.03	Municipais	34.465	32.675
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.357	98.364
7.08.03.01	Juros	33.134	35.555
7.08.03.02	Aluguéis	2.401	2.505
7.08.03.03	Outras	96.822	60.304
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	171.831	192.184
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	16.303	13.577
7.08.04.02	Dividendos	132.533	127.223
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.995	51.384

Comentário do Desempenho

Ecovias dos Imigrantes anuncia resultados do 3T15 e 9M15: Volume de tráfego consolidado cresceu 1,8% no 3T15.

São Bernardo do Campo, 10 de novembro de 2015 – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. anuncia seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2015 (3T15) e primeiros nove meses de 2015 (9M15). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2014 (3T14) e primeiros nove meses de 2014 (9M14).

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- O volume de tráfego atingiu 16,2 milhões veículos equivalentes pagantes no 3T15, crescimento de 1,8%.
- O EBITDA, no 3T15, foi de R\$ 158,2 milhões, com margem EBITDA de 67,1%. O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 174,4 milhões, com margem de 79,0%.
- O lucro líquido foi de R\$ 68,5 milhões no 3T15 e de R\$ 171,8 milhões no 9M15.

Destaques (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Volume de tráfego ¹	16.153	15.866	1,8%	47.762	47.144	1,3%
Tarifa Média (R\$)	14,33	13,55	5,8%	13,85	13,31	4,1%
Receita líquida	235,8	272,7	-13,5%	678,8	845,1	-19,7%
Lucro líquido	68,5	74,6	-8,2%	171,8	192,2	-10,6%
EBITDA ²	158,2	149,4	5,9%	451,5	434,8	3,8%
Margem EBITDA ²	67,1%	54,8%	12,3 p.p.	66,5%	51,4%	15,1 p.p.
Capex	34,8	96,3	(63,9%)	71,7	273,3	-73,8%

¹ (em milhares de veículos equivalentes pagantes)

² Inclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

COMPANHIA

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos imigrantes” ou “Companhia”) opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. O contrato de concessão para administrar seus 176,8 quilômetros de extensão, com movimento anual superior a 40 milhões de veículos pedagiados, foi firmado em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do País com a região turística da

Comentário do Desempenho

Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas Rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP-059).

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor com todas as suas concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental (ISO 14001), qualidade (ISO 9001) e saúde e segurança do trabalho (OHSAS 18001).

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 16.153 mil no 3T15 e 47.762 mil no 9M15, crescimentos de 1,8% e 1,3%, respectivamente. A redução no tráfego comercial no 3T15 foi devido as manifestação do Sindicato dos Cegonheiros na rodovia Anchieta em julho/15, enquanto os veículos de passeio tiveram influência positiva das condições climáticas e feriados prolongados.

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Comercial	7.588	7.730	-1,8%	21.848	22.225	-1,7%
Passeio	8.565	8.136	5,3%	25.914	24.919	4,0%
Total	16.153	15.866	1,8%	47.762	47.144	1,3%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Ecovias dos Imigrantes	14,33	13,55	5,8%	13,85	13,31	4,1%

. Em 01 de julho de 2015, a Ecovias dos Imigrantes obteve reajuste contratual de 4,11% pelo IGP-M. No caso do reajuste contratual da Ecovias dos Imigrantes, será aplicado o menor dos índices entre IGP-M e IPCA e quando for aplicado o IPCA, a diferença entre os índices será apurada a cada dois anos e compensada através de extensão de prazo da concessão. Além disso, a tarifa média na Ecovias dos Imigrantes foi impactada pelo maior fluxo de veículos nas praças de pedágio que possuem tarifas maiores.

Comentário do Desempenho

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 256,7 milhões no 3T15 e R\$ 738,5 milhões no 9M15, redução de 12,2% e 18,1% devido à redução na receita de construção, com a conclusão das obras referente ao aditivo contratual finalizada em outubro de 2014.

Receita Bruta						
(em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Receitas de Pedágio	231,5	215,1	7,6%	661,5	627,4	5,4%
Receitas Acessórias	10,2	10,8	-5,6%	29,8	29,5	1,0%
Receita de Construção ICPC-01	15,0	66,4	-77,4%	47,2	244,9	-80,7%
Total	256,7	292,3	-12,2%	738,5	901,8	-18,1%

Receita de Pedágio - crescimento de 7,6% no 3T15, resultante do aumento no volume de tráfego pedagiado e do reajuste contratual nas tarifas de pedágio em julho de 2015.

Receita Acessória - redução de 5,6 % no 3T15, as receitas acessórias são provenientes principalmente do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – redução de 77,4% devido, principalmente, à conclusão das obras referentes ao aditivo contratual da Ecovias dos Imigrantes em outubro de 2014.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução de 28,8% e totalizaram R\$108,6 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 46,5 milhões, aumento de 0,2% no 3T15. Abaixo da inflação do período.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Pessoal	7,9	8,7	-9,2%	24,5	25,2	-2,8%
Conservação e manutenção	2,8	3,9	-28,2%	9,4	10,6	-11,3%
Serviços de terceiros	25,7	24,5	4,9%	76,8	74,3	3,4%
Poder concedente e seguros	5,6	6,3	-11,1%	16,9	16,6	1,8%
Outros	4,5	3,0	50,0%	12,8	9,2	39,1%
Custos Caixa	46,5	46,4	0,2%	140,4	135,9	3,3%
Provisão manutenção ICPC 01	16,1	10,5	53,3%	39,6	29,5	34,2%
Custo de construção de Obras ICPC 01	15,0	66,4	-77,4%	47,2	244,9	-80,7%
Depreciação	31,0	29,3	5,8%	91,9	82,0	12,1%
TOTAL	108,6	152,6	-28,8%	319,1	492,3	-35,2%

Comentário do Desempenho

EBITDA

O EBITDA, no 3T15, foi de R\$ 158,2 milhões (margem EBITDA 67,1%) e de R\$ 451,5 milhões no 9M15 (margem EBITDA 66,5%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 174,4 milhões no 3T15 e R\$ 491,1 milhões no 9M15 com margem EBITDA de 79,0% e 77,8% respectivamente.

EBITDA (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Lucro Líquido	68,5	74,6	-8,2%	171,8	192,2	-10,6%
IR/CS	32,1	36,1	-11,1%	78,1	92,1	-15,2%
Resultado Financeiro	26,6	9,4	183,0%	109,7	68,5	60,1%
Depreciação e Amortização	31,0	29,3	5,8%	91,9	82,0	12,1%
EBITDA ¹	158,2	149,4	5,9%	451,5	434,8	3,8%
Margem EBITDA ¹	67,1%	54,8%	12,3 p.p.	66,5%	51,4%	15,1 p.p.

¹ Inclui Receita e Custo de Construção, Provisão para Manutenção

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T15 foi negativo em R\$ 26,6 milhões, crescimento de 183,0% devido, principalmente, à variação do IPCA (indexador das debêntures) nos 9M15 quando comparado com o mesmo período de 2014.

Resultado Financeiro (em milhões de R\$)	3T15	3T14	Var.	9M15	9M14	Var.
Variação Monetária, líquida	(17,4)	(5,8)	n.m.	(81,7)	(50,9)	60,5%
Juros sobre fin. e debêntures	(11,2)	(11,7)	-4,3%	(33,1)	(35,6)	-7,0%
Outros efeitos financeiros	(1,4)	3,6	n.m.	(0,9)	(1,7)	-47,1%
Receitas Financeiras e outras	5,3	5,1	3,9%	11,8	21,4	-44,9%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(1,9)	(0,6)	n.m.	(5,8)	(1,7)	n.m.
TOTAL	(26,6)	(9,4)	183,0%	(109,7)	(68,5)	60,1%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$ 68,5 milhões no 3T15 e R\$ 171,8 milhões no 9M15, reduções de 8,2% e 10,6%, respectivamente.

ENDIVIDAMENTO

A Ecovias dos Imigrantes encerrou setembro de 2015 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras vinculadas de R\$ 164,3 milhões. O endividamento bruto da Ecovias dos Imigrantes (composto por empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, debêntures e credor pela concessão atingiu R\$ 1.085,6 milhões em 30 de setembro de 2015. O endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão) foi de R\$ 877,2 milhões, redução de 5,2% quando comparado com 31 de dezembro de 2014.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2015	31/12/2014	Var.
Curto Prazo	17,4	26,0	-33,1%
Debêntures	17,4	26,0	-33,1%
Longo Prazo	1.024,1	947,3	8,1%
Debêntures	1.024,1	947,3	8,1%
Endividamento Financeiro Bruto¹	1.041,5	973,3	7,0%
Credor pela Concessão	44,1	49,7	-11,3%
Endividamento Bruto	1.085,6	1.023,0	6,1%
Caixa e equivalentes de caixa	164,3	48,2	240,9%
Dívida Líquida	921,3	974,8	-5,5%
Endividamento Financeiro Líquido¹	877,2	925,1	-5,2%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

CAPEX

O Capex realizado pela Ecovias dos Imigrantes totalizou R\$ 34,8 milhões no 3T15. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

(em milhões de R\$)	3T15			9M15		
	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Capex	20,9	13,9	34,8	38,1	33,6	71,7

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2015: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 235,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

A concessão, pelo prazo inicial de 20 anos, posteriormente postergado por mais 88 meses e 11 dias, mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios. O contrato de concessão possui vigência até outubro de 2025. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2015 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 09 de novembro de 2015.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “*Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*” e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas nºs 2, 3 e 4 às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014”), publicadas no dia 18 de março de 2015 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário do grande ABC e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Caixa e bancos	4.992	6.738
Aplicações financeiras		
Fundo de investimento (a)	159.052	36.030
Aplicações Automáticas - Compromissadas (b)	224	5.419
	<u>164.268</u>	<u>48.187</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de setembro de 2015 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 34,5% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,7% em Operações Compromissadas e 4,8% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,1% (100,9% em 31 de dezembro de 2014) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui ainda aplicação financeira no Banco Itaú Unibanco S.A., na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF.

5. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias. A composição está assim representada:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Pedágio eletrônico	55.803	59.866
Cupons de pedágio	2.217	2.805
Receitas acessórias	2.620	2.621
(-) Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(89)	(114)
	<u>60.551</u>	<u>65.178</u>

- (a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
A vencer	59.729	65.152
Vencidos:		
Até 30 dias	614	19
De 31 a 60 dias	36	2
De 61 a 90 dias	172	5
Acima de 90 dias	-	-
Acima de 120 dias	89	114
	<u>60.640</u>	<u>65.292</u>

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	114	82
Constituição de PCLD no período	66	23
Valores recuperados no período	(91)	-
	<u>89</u>	<u>105</u>

6. Despesas antecipadas

O saldo de R\$3.682 (R\$2.114 em 31 de dezembro de 2014) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, classificado no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 26.

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	52.205	9.905
Adições	941	39.858
Baixas	(97)	-
Atualização monetária	5.034	1.794
Saldo final	<u>58.083</u>	<u>51.557</u>

Notas Explicativas

8. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2013		Saldos em 30/09/2014		Saldos em 31/12/2013		Saldos em 30/09/2014				
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas					
Hardwares	6,1	93.075	5.207	(88)	-	98.194	(77.839)	(4.396)	61	(82.174)	16.020	15.236
Máquinas e equipamentos	9,2	14.308	2.646	-	-	16.954	(8.773)	(1.081)	-	(9.854)	7.100	5.535
Móveis e utensílios	7,0	5.679	73	(6)	-	5.746	(3.137)	(300)	6	(3.431)	2.315	2.542
Terrenos	-	3.304	-	-	-	3.304	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,0	3.033	-	-	-	3.033	(788)	(160)	-	(948)	2.085	2.245
Veículos	16,0	3.607	746	-	-	4.353	(2.831)	(504)	-	(3.335)	1.018	776
Instalações	10,5	5.102	825	(2)	-	5.925	(1.182)	(437)	-	(1.619)	4.306	3.920
Outros	-	6.134	57	(6)	(5.308)	877	-	-	-	-	877	6.134
		134.242	9.554	(102)	(5.308)	138.386	(94.550)	(6.878)	67	(101.361)	37.025	39.692

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2014		Saldos em 30/09/2015		Saldos em 31/12/2014		Saldos em 30/09/2015				
		Adições	Baixas	Transf.		Adições	Baixas	Transf.				
Hardwares	5,8	100.469	2.013	-	102.482	(83.638)	(4.436)	-	-	(88.074)	14.408	16.831
Máquinas e equipamentos	8,3	17.864	188	(6)	18.048	(10.258)	(1.114)	-	1	(11.371)	6.677	7.606
Móveis e utensílios	7,2	6.055	80	-	6.136	(3.592)	(329)	-	(1)	(3.922)	2.214	2.463
Terrenos	-	3.304	-	-	3.304	-	-	-	-	-	3.304	3.304
Edificações	7,1	3.033	400	-	3.437	(998)	(174)	-	-	(1.172)	2.265	2.035
Veículos	10,7	6.069	-	-	6.068	(3.473)	(487)	-	(5)	(3.965)	2.103	2.596
Instalações	9,7	6.191	1.210	(6)	7.389	(1.773)	(496)	-	(1)	(2.270)	5.119	4.418
Outros	-	5.666	-	(3)	871	-	-	-	-	-	871	5.666
		148.651	3.891	(15)	147.735	(103.732)	(7.036)	-	(6)	(110.774)	36.961	44.919

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos períodos.

Notas Explicativas

9. Intangível

	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2014	Adições	Saldos em 30/09/2014	Transf.	Saldos em 31/12/2013
Contratos de concessão	1.985.399	245.226	-	5.753	2.236.378	(806.817)	(881.290)	6	1.178.582
Softwares de terceiros	6.276	1.207	-	-	7.483	(3.799)	(4.403)	-	2.477
Intangível em andamento	5.782	39	-	(445)	5.376	-	-	-	5.782
	1.997.457	246.472	-	5.308	2.249.237	(810.616)	(885.693)	6	1.186.841

Taxas médias anuais de amortização %

(*) 11,7

	Custo			Amortização			Residual		
	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2015	Adições	Saldos em 31/12/2014	Transf.	Saldos em 30/06/2015
Contratos de concessão	2.304.963	33.280	-	4.837	2.343.080	(918.273)	(84.132)	6	1.386.690
Softwares de terceiros	7.532	696	-	-	8.228	(4.630)	(702)	-	2.902
Intangível em andamento	370	264	(36)	(45)	553	-	-	-	370
	2.312.865	34.240	(36)	4.792	2.351.861	(922.903)	(84.834)	6	1.344.130

Taxas médias anuais de amortização %

(*) 11,8

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão, é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de setembro de 2015 é de 4,81% ao ano (4,69% ao ano em 30 de setembro de 2014).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balança patrimonial			Resultado	
	31/12/2014	Adições	Baixas	30/09/2015	30/09/2015
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	5.791	360	-	6.151	360
Provisão FAP	190	13	-	203	13
Provisão férias de diretor	16	118	(19)	115	99
Provisão para devedores duvidosos	4	3	(7)	-	(4)
Provisão para manutenção	26.149	4.541	(509)	30.181	4.032
AVP ônus Concessão	569	335	(1)	903	334
Juros capitalizados	(884)	-	174	(710)	174
Efeito Lei nº 12.973 - Extinção RTT (*)	(27.868)	-	1.945	(25.923)	1.945
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	3.967	5.370	1.583	10.920	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					6.953

	30/09/2015	31/12/2014
2015	920	2.842
2016	3.680	2.842
2017	3.680	2.842
2018	3.680	2.842
2019 a 2023	3.680	2.842
Após 2023	(4.720)	(10.243)
	10.920	3.967

A Administração considera que as provisões temporárias ativas serão realizadas em um prazo de até cinco exercícios, em virtude da expectativa de reversão e/ou pagamento da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior à adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14.

Notas Explicativas**b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	249.969	284.247
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(84.989)	(96.644)
Juros sobre o capital próprio	5.543	4.616
Outros	1.308	(35)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(78.138)	(92.063)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(85.091)	(91.235)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	6.953	(828)

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	14.980	6.258
Despesa IR/CS corrente DRE	85.091	91.235
Total IR/CS pagos no período	(85.675)	(83.668)
Saldo final provisão IR/CS	14.396	13.825

11. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Impostos sobre arrecadação:		
ISS	3.925	4.054
COFINS	2.503	2.614
PIS	537	566
ISS na fonte	463	1.266
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre prestação de serviços	147	175
INSS fonte	260	458
Outros impostos	613	314
	8.448	9.447

12. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Principal corrigido	1.042.079	968.988
Remuneração (juros)	21.690	28.862
Custos com emissão de debêntures (*)	(22.278)	(24.571)
	1.041.491	973.279
Circulante	17.372	25.974
Não circulante	1.024.119	947.305

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	30/09/2015	30/09/2014
Saldo inicial	973.279	1.011.715
Pagamento de juros	(42.173)	(63.655)
Pagamento de principal	-	(31.500)
Encargos financeiros	110.385	84.405
Saldo final	1.041.491	1.000.965

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Em 03 de novembro de 2014, a 1ª Emissão de Debêntures da Companhia foi integralmente quitada.

Em 30 de setembro de 2015, os índices financeiros exigidos foram atendidos, conforme demonstrado abaixo:

2ª emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida Líquida/EBITDA	< 3,5	1,42
(ii) Despesa financeira/EBITDA	>2,0	4,50

(*) Índices não revisado pelos auditores independentes.

Descrição	1ª emissão	2ª emissão
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, não conversíveis em ações
Data da emissão	21/12/06	07/05/13
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)	881.000 (em duas séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00	R\$1
Valor da emissão	R\$450.000 1ª série - R\$ 135.000 2ª série - R\$ 157.500 3ª série - R\$ 157.500	R\$881.000 1ª série - R\$ 200.000 2ª série - R\$ 681.000
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2015	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ - 3ª série - R\$ -	1ª série - R\$1,21 2ª série - R\$1,21
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M	1ª e 2ª série - IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado	1ª série - 3,80% a.a. + IPCA 2ª série - 4,28% a.a. + IPCA
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2014 a 15/04/2024)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)	1ª série: parcelas anuais (15/04/2019 a 15/04/2020) 2ª série: parcelas anuais (15/04/2022 a 15/04/2024)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculada de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor	n/a

Notas Explicativas

Descrição	1ª emissão	2ª emissão
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP E BMF&BOVESPA
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.	n/a
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
Garantias	Penhor de 99,99% das ações e cessão fiduciária de direitos creditórios do pedágio.	n/a
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Classificação de riscos	"brAAA" da Standard & Poors	"brAAA" da Standard & Poors
Índices financeiros exigidos	(i) Índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.	(i) Índices financeiros menores que 3,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA); e (ii) índices financeiros maiores ou iguais a 2,0 pontos em relação ao EBITDA com a despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2015			31/12/2014		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2016	-	-	-	-	(2.863)	(2.863)
2017	-	(1.009)	(1.009)	-	(3.227)	(3.227)
2018	-	(3.227)	(3.227)	-	(3.442)	(3.442)
2019	118.496	(3.442)	115.054	109.987	(2.942)	107.045
2020	118.496	(2.942)	115.554	109.987	(2.653)	107.334
2021 a 2024	806.955	(9.208)	797.747	749.014	(6.556)	742.458
	1.043.947	(19.828)	1.024.119	968.988	(21.683)	947.305

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª emissão						
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª série	01/11/2006	157.500	(3.124)	154.376	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
2ª emissão						
Debêntures 1ª série	15/04/2013	200.000	(6.892)	193.108	IPCA + 3,80% a.a.	IPCA + 4,25% a.a.
Debêntures 2ª série	15/04/2013	681.000	(23.469)	657.531	IPCA + 4,28% a.a.	IPCA + 4,54% a.a.
		1.331.000	(39.286)	1.291.714		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de "bookbuilding", que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

Notas Explicativas

13. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial		Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e não circulante
Companhia	Natureza	Cientes	Intangível	Contas a pagar
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	Outras partes relacionadas	-	35.735	1.864
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	450	27
CBB Ind. Com. de Asfalto e Eng. Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	3.502	202
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controladora direta	40	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	20	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	6.436
Total em 30 de setembro de 2015		60	39.687	8.529
Total em 31 de dezembro de 2014		136	207.794	7.772

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	(41.587)	(21.625)
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controladora direta	179	-	-
	Outras partes relacionadas	-	-	(117)
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)		-	-	(117)
Total em 30 de setembro de 2015		179	(41.587)	(21.742)
Total em 30 de setembro de 2014		173	(35.678)	(23.726)

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelas partes relacionadas da Companhia EcoRodovias (CR Almeida Engenharia e Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A.), e pela Impregilo SPA, presta serviços de construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domênico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágio da controlada indireta Ecovias. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar é de R\$399.563, incluindo aditivo contratual. O contrato encerra-se em 31 de janeiro de 2016. Em 30 de setembro de 2015, há um saldo em aberto de R\$1.864 com vencimento em até 45 dias.
- (b) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$85.985, o saldo em aberto de R\$6.436 em 30 de setembro de 2015 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargo financeiro e não foi concedida garantia.
- (c) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias). Os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$38.615, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2016 e em 30 de setembro de 2015 há um saldo de serviços a realizar de R\$27.650. Os saldos em aberto a pagar R\$229 (sobre os serviços incorridos) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias aos credores.
- (e) Locação prédio Administrativo para a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. O valor mensal da locação é de R\$20.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia não tinha concedido aval a nenhuma parte relacionada.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2015 no montante R\$1.147 (R\$1.850 em 31 de dezembro de 2014).

A remuneração dos administradores nos períodos está demonstrada a seguir:

	30/09/2015	30/09/2014
Remuneração (fixa/variável)	589	624
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 18.d)	82	148
Previdência privada	37	40
Remun. Baseada ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	18	-
	726	812

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 10,45% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2014
Constituição da provisão para manutenção	286.114	33.567	-	-	319.681
Efeito do valor presente sobre a constituição	(46.926)	(4.041)	-	-	(50.967)
Realização da manutenção	(210.727)	-	(17.287)	-	(228.014)
Ajuste a valor presente - realizações	24.228	-	-	1.676	25.904
	52.689	29.526	(17.287)	1.676	66.604
Circulante	8.440				5.267
Não circulante	44.249				61.337
				Efeito financeiro	
	31/12/2014	Adição	Pagamento	Efeito financeiro	30/09/2015
Constituição da provisão para manutenção	340.787	44.909	-	-	385.696
Efeito do valor presente sobre a constituição	(52.978)	(5.317)	-	-	(58.295)
Realização da manutenção	(241.828)	-	(33.591)	-	(275.419)
Ajuste a valor presente - realizações	26.690	-	-	5.678	32.368
	72.671	39.592	(33.591)	5.678	84.350
Circulante	18.497				5.461
Não circulante	54.174				78.889

Notas Explicativas

15. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível. Os valores são ajustados a valor presente à taxa de 10,45% ao ano, correspondentes à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2013	Efeito financeiro	30/09/2014
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.638	84	4.722
	2.268	84	2.352
Não circulante	2.268		2.352

	31/12/2014	Efeito financeiro	30/06/2015
Constituição da provisão para obras futuras	7.909	-	7.909
Efeito do valor presente sobre constituição	(6.041)	-	(6.041)
Realização da construção	(4.238)	-	(4.238)
Ajuste a valor presente - realizações	4.807	127	4.934
	2.437	127	2.564
Não circulante	2.437		2.564

16. Obrigações com o Poder Concedente

	30/09/2015	31/12/2014
Parcelas fixas (a)	42.871	48.363
Parcelas variáveis (b)	1.201	1.308
	44.072	49.671
Circulante	18.301	17.423
Não circulante	25.771	32.248

(a) De acordo com o Contrato de Concessão da Companhia, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Em 30 de setembro de 2015, restam 31 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 87,08% do total (83,33% em 31 de dezembro de 2014).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações das obrigações com o Poder Concedente considerando uma taxa de desconto de 9,50% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries da primeira emissão das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de setembro de 2015 o desconto de R\$2.564 (R\$3.392 em 30 de setembro de 2014), somado à atualização monetária do direito de outorga de R\$4.141 (R\$1.104 em 30 de setembro de 2014), e foi totalizado o valor líquido de R\$6.705 (R\$4.496 em 30 de setembro de 2014) de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

(b) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Notas Explicativas

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
2016	5.364	14.717
2017	15.393	13.440
2018	5.014	4.091
	<u>25.771</u>	<u>32.248</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Saldo inicial	49.671	59.012
Varição monetária sobre as obrigações com o Poder Concedente	6.705	4.496
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	10.370	9.853
Pagamento principal e atualização	<u>(22.674)</u>	<u>(21.768)</u>
Saldo final	<u>44.072</u>	<u>51.593</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de setembro de 2015, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>30/09/2015</u> <u>Previsão de</u> <u>2015-2018</u>	<u>31/12/2014</u> <u>Previsão de</u> <u>2015-2018</u>
Melhorias na infraestrutura	179.869	207.664
Conservação especial (manutenção)	267.938	282.187
Equipamentos	46.087	45.916

17. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014	40.250	6.351	3.289	49.890
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	12.894	278	103	13.275
(-) Pagamentos	(1.114)	(866)	(325)	(2.305)
(+) Atualização monetária	524	416	48	988
Saldos em 30 de setembro de 2014	<u>52.554</u>	<u>6.179</u>	<u>3.115</u>	<u>61.848</u>

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (c)</u>	<u>Tributárias (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015	51.440	6.071	4.653	62.164
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.000	1.417	652	4.069
(-) Pagamentos	(443)	(3.581)	(636)	(4.660)
(+) Atualização monetária	4.826	620	335	5.781
Saldos em 30 de setembro de 2015	<u>57.823</u>	<u>4.527</u>	<u>5.004</u>	<u>67.354</u>

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2015, R\$15.846 (R\$9.139 em 31 de dezembro de 2014), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

- A principal causa provável é uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a Companhia, por entender que a Concessionária não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Os pedidos pleiteados pelo Ministério Público em sede de tutela antecipada foram rejeitados e foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto para reverter essa decisão. A pedido da Companhia foi realizada audiência de conciliação em abril de 2013 para tentativa de acordo judicial, a qual restou infrutífera. Atualmente, a ação civil pública está aguardando o início da perícia (não há qualquer decisão judicial). Em razão da possibilidade de composição judicial e da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$32.314 em 31 de dezembro de 2013 (em 30 de setembro de 2015 este valor atualizado é de R\$43.258 e em 31 de dezembro de 2014 R\$39.895), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente. Em 29 de setembro de 2014

Notas Explicativas

foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828, sendo que para 30 de setembro de 2015, o valor atualizado desse depósito judicial é de R\$43.258.

(b) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 30 de setembro de 2015, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$14.924 (R\$10.610 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2015, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$14.798 (R\$13.224 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho – TST que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento a tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento, esse processo tem probabilidade de êxito possível.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito é de R\$314.052 e representado por 270.386.120 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a reserva de lucros legal já havia atingido o limite de 20% do capital social no montante de R\$60.509.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Notas Explicativas

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 372.846 ações ordinárias para esse plano, conforme a seguir:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 23/03/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	23.404	28.516	30.587	68.852	221.487
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, foi registrado na rubrica "Prêmio de opções" o valor de R\$82 (R\$148 em 30 de setembro de 2014).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão, as quais serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2010	23.404	-	-	-	-	23.404
Outorgadas	-	28.516	-	-	-	28.516
Exercidas	(5.851)	-	-	-	-	(5.851)
Canceladas	(17.553)	-	-	-	-	(17.553)
Em 31 de dezembro de 2011	-	28.516	-	-	-	28.516
Outorgadas	-	-	30.587	-	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	-	28.516	30.587	-	-	59.103
Outorgadas	-	-	-	68.852	-	68.852
Em 31 de dezembro de 2013	-	28.516	30.587	68.852	-	127.955
Outorgadas	-	-	-	-	221.487	221.487
Em 31 de dezembro de 2014	-	28.516	30.587	68.852	221.487	349.442
Canceladas (*)	-	(28.516)	(30.587)	(68.852)	(221.487)	(349.442)
Em 30 de setembro de 2015	-	-	-	-	-	-

(*) As opções foram canceladas em março de 2015, devido ao desligamento do beneficiário da Companhia, e conforme prevê o plano, perdeu o direito de exercício das ações. O plano continua em vigor, motivo pelo qual a Reserva não foi revertida.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

O montante de dividendos pagos em 30 de setembro de 2015 no valor de R\$163.418 refere-se a: R\$16.231 saldo de dividendos remanescentes de 2014, aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2015; R\$132.533 dividendos intermediários do exercício de 2015, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2016 e R\$14.654 juros sobre capital próprio do exercício de 2015.

19. Receita líquida

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	227.457	215.691
Pedágio por equipamento eletrônico	391.376	370.748
Vale-pedágio	42.155	40.399
Outras	497	532
	<u>661.485</u>	<u>627.370</u>
Receitas com construção	47.161	244.853
Receitas acessórias (a)	29.832	29.506
	<u>76.993</u>	<u>274.359</u>
Receita bruta	<u>738.478</u>	<u>901.729</u>
Deduções de receita (b)	<u>(59.699)</u>	<u>(56.651)</u>
Receita líquida	<u>678.779</u>	<u>845.078</u>

- (a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.
- (b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

<u>Base de cálculo de impostos</u>	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Receitas com arrecadação de pedágio	661.485	627.370
Receitas acessórias	29.832	29.506
	<u>691.317</u>	<u>656.876</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(20.740)	(19.706)
PIS (0,65%)	(4.494)	(4.270)
ISS (2% a 5%)	(34.465)	(32.675)
	<u>(59.699)</u>	<u>(56.651)</u>

20. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Pessoal	24.533	25.222
Conservação e manutenção	9.426	10.597
Serviços de terceiros (a)	76.807	74.342
Seguros (vide Nota Explicativa nº 26)	4.166	4.189
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	10.370	9.853
Provisão para manutenção (vide Nota explicativa nº 14)	39.592	29.526
Custos com construção	47.161	244.853
Depreciações e amortizações	91.870	81.955
Locações de imóveis e máquinas	2.401	2.505
Outros custos e despesas operacionais	12.769	9.248
	<u>319.095</u>	<u>492.290</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	281.428	449.361
Despesas gerais e administrativas	37.667	42.929

Notas Explicativas

- (a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e vigilância e outros.

21. Resultado financeiro

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	11.782	21.406
Variação monetária ativa de debêntures	-	2.701
Variação monetária ativa dep. judiciais	8.456	3.222
Outros	3	-
	<u>20.241</u>	<u>27.329</u>
Juros sobre debêntures	(33.134)	(35.555)
Variação monetária sobre debêntures	(74.960)	(49.090)
Variação monetária sobre direito de outorga	(6.705)	(4.496)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(2.291)	(2.461)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(5.805)	(1.759)
Variação monetária sobre obrigações fiscais e trabalhistas	(5.781)	(1.303)
Outras	(1.281)	(1.195)
	<u>(129.957)</u>	<u>(95.859)</u>
Resultado financeiro	<u>(109.716)</u>	<u>(68.530)</u>

22. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>30/09/2015</u>	<u>30/09/2014</u>
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	171.831	192.184
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	270.386	270.386
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,64</u>	<u>0,71</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 18.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

23. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 30 de setembro de 2015, a PLR foi de R\$1.411 (R\$1.479 em 30 de setembro de 2014), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

Notas Explicativas

24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros.

Índices de endividamento

	<u>30/09/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Dívida (i)	1.085.563	1.022.950
Caixa e equivalentes de caixa	(164.268)	(48.187)
Dívida líquida	921.295	974.763
Patrimônio líquido (ii)	386.542	379.696
Índice de endividamento líquido	2,38	2,57

(i) A dívida é definida como debêntures e obrigações com o Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 12 e 16.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDBs e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 101,1% (100,9% em 31 de dezembro de 2014) do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

Notas Explicativas

- Debêntures e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2015 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	4.992	4.992
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	60.551	60.551
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	159.276	159.276
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	11.353	11.353
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	1.041.491	1.041.491
Obrigações com o Poder Concedente	Outros passivos financeiros	44.072	46.862

- (i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (ii) Os saldos de caixa e bancos e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.
- (iii) As debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia apresentava valores a receber da companhia Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$49.402 (R\$51.560 em 31 de dezembro de 2014), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

d) *Risco de liquidez*

Notas Explicativas

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Obrigações com o Poder Concedente	IGP-M	18.141	19.657	21.301	214.971
Debêntures	IPCA + 3,80% a.a.	13.888	10.654	11.618	354.691
Debêntures	IPCA + 4,28% a.a.	53.240	40.858	44.553	1.866.746

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	18.410	13.808	9.205
Juros sobre a 1ª e 2ª séries das debêntures (b)	Alta do IPCA	(72.742)	(82.988)	(93.389)
Juros sobre obrigações com o Poder Concedente (c)	Alta do IGP-M	(115)	(144)	(173)
Juros a incorrer, líquidos		(54.447)	(69.324)	(84.357)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II -25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	14,31%	10,73%	7,16%
IPCA (b)	9,65%	12,06%	14,48%
IGP-M (c)	8,27%	10,34%	12,41%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

25. Plano de previdência privada

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o

Notas Explicativas

colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. Em 30 de setembro de 2015, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$303 (R\$202 em 30 de setembro de 2014), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

26. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2015, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro-garantia	Maio de 2015 a maio de 2016	305.296
Responsabilidade civil	Maio de 2015 a maio de 2016	82.036
"All Risks" - danos materiais	Maio de 2015 a maio de 2016	5.243.541
"All Risks" - Equipamentos	Maio de 2015 a maio de 2016	113
"All Risks" - Perda de receita	Maio de 2015 a maio de 2016	905.188
"All Risks" - Manut. Conserv.	Maio de 2015 a maio de 2016	83.968
Veículos	Junho de 2015 a junho de 2016	Tabela Fipe

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração do Grupo.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

São Bernardo do Campo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, assim como as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado - DVA referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de novembro de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP-249186/O-5